

Peso da economia subterrânea dobrar no Brasil em 2007

Atividade irregular representa 40,23% das riquezas do País, diz economista austríaco

RICARDO REGO MONTEIRO
RIO

O peso econômico das atividades ilícitas praticamente duplicou no Brasil entre 1995 e o ano passado. Pelo menos é o que conclui um levantamento produzido pelo economista austríaco Friedrich Schneider, da Universidade de Linz, que comparou o nível de informalidade da economia brasileira com outros 20 países da América Latina.

Criador de uma metodologia de cálculo que mede a importância da chamada economia subterrânea para um país, Schneider revela que, se a atividade irregular produzia o equivalente a 20,71% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1995, em 2007 tornou-se responsável pelo equivalente a 40,23% do total de riquezas.

A boa notícia é que, desde 2004, quando chegou a 42,60% do PIB, o peso da atividade ilícita tem diminuído no País, na esteira

da retomada de índices mais vigorosos de crescimento. Para este ano, as projeções de Schneider indicam uma queda para o equivalente a 39,42% do PIB. O crescimento, de acordo com o austríaco, permitiu a incorporação de parte do contingente trabalhador à economia formal.

Schneider participou ontem, no Rio, com o economista italiano Vito Tanzi, do seminário Economia subterrânea: causas e consequências, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). Na ocasião, afirmou que, por maior que seja o crescimento do País nos próximos anos, o Brasil só reduzirá o peso da informalidade de aos níveis de 1995 se promover reformas institucionais que assegurem maior dinamismo à economia brasileira. Entre as quais, a tributária e do regime de Previdência Social.

Tanto Schneider quanto Tanzi fizeram questão de definir, antes do seminário, a diferença entre economia informal e subterrânea. A primeira, segundo Schneider, inclui atividades não regulamentadas pelo estado, mas que não envolvem necessa-

riamente práticas criminais, como no caso da economia subterrânea. Em um ranking de 21 países da América Latina, elaborado pelo próprio Schneider, o Brasil ocupava, em 2005 e 2006, a 11^a colocação entre os mais informais, atrás do Paraguai e do Chile, Costa Rica e Argentina — os três com economias mais formalizadas.

Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um dos mais respeitados economistas do mundo, Tanzi atribui a informalidade a uma série de fatores como alta carga tributária, regulamentação excessiva da economia, grande número de proibições e índices significativos de corrupção.

“Se o Imposto de Renda for muito alto, por exemplo, muitas pessoas acabam estimuladas a sonegar e a recorrer ao mercado negro”, afirmou o economista italiano, ao citar, como exemplo, o relato de um ministro finlandês que, ao pagar pela prestação de um serviço em sua residência, ouviu do contratado a proposta de desconto de 30% no preço, se não fosse emitida uma nota fiscal. “Já os impostos sobre

a seguridade social também representam um grande incentivo à economia subterrânea, uma vez que, em muitos países, chegam a representar até 50% do custo de um funcionário.”

Tanzi também enumerou os diversos efeitos da atividade produtiva irregular para a economia de um país. Além da falta de informalidade na aplicação das regras fiscais — uma vez que o sonegador sempre leva vantagem sobre quem paga impostos —, o economista citou distorções sobre os mercados e a competitividade como seqüelas para a sociedade. O estado, no entanto, também sofre com o aumento da sonegação mas, ao contrário dos cidadãos, pode aumentar as alíquotas dos tributos para compensar as quedas de arrecadação:

“Mesmo os indicadores econômicos do país também sofrem indiretamente com os efeitos da informalidade, uma vez que o fenômeno produz freqüentemente a distorção de indicadores como o PIB, desemprego e produtividade”, adverte o economista, ao lembrar que tais distorções podem levar a políticas econômicas equivocadas.